

AS ALTERAÇÕES SOCIOESPACIAIS PROMOVIDAS PELA ATIVIDADE TURÍSTICA NA PENÍNSULA DE MARAÚ-BA

Frederico Oliveira Santos¹

Daniel dos Santos Macêdo²

RESUMO

Nos últimos anos a região da península de Marau vem ganhando grande notoriedade no cenário turístico nacional e internacional. Isto se deve a grande gama das belezas paisagísticas, como praias e piscinas naturais ainda pouco exploradas e escondidas nesta área localizada no interior da terceira maior baía do Brasil, a Baía de Camamu. Associado a este processo de popularização da península, ocorre uma série de problemáticas socioespaciais, uma vez que com estabelecimento desta dinâmica socioeconômica as localidades da península vêm atraindo uma série de empreendimentos do setor do turismo e promovendo a supervalorização fundiária dos locais onde anteriormente só haviam os moradores ligados às atividades da economia local, como a pesca. O presente trabalho busca resgatar, através da interpretação expressa no espaço pela relação sociedade-natureza, as recentes transformações ocasionadas pela intensificação da atividade turística, abordando as fragilidades ambientais desses espaços que vem sofrendo a pressão do capital ao qual se manifesta por meio da venda da paisagem. Esse trabalho se desenvolve através de uma revisão bibliográfica e com a utilização de dados do Bahia SEI e IBGE para a produção de mapas no *software* ArcGIS, além da utilização de imagem de satélite do Google Earth Pro para a produção de mapas que são essenciais para o diagnóstico.

Palavras-Chave: Turismo. Urbanização. Planejamento turístico. Gentrificação.

THE SOCIO-SPATIAL CHANGES PROMOTED BY TOURIST ACTIVITY IN THE PENINSULA OF MARAÚ-BA

ABSTRACT

In recent years, the region of the Marau peninsula has gained great notoriety in the national and international tourist scene. This is due to the wide range of scenic beauties, such as beaches and natural pools still little explored and hidden in this area located in the interior of the third largest bay in Brazil, the Camamu Bay. Associated with this process of popularization of the peninsula, there are a series of socio-spatial problems, since with the establishment of this socioeconomic dynamic, the peninsula's localities have been attracting a series of enterprises in the tourism sector and promoting the overvaluation of land in places where

¹ Pós-graduando em Planejamento de Cidades pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: frederico.sy@gmail.com

² Mestrando em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: danielcamamu@gmail.com

previously there were only the residents linked to activities of the local economy, such as fishing. The present work seeks to rescue, through the interpretation expressed in space by the society-nature relationship, the recent transformations caused by the intensification of tourist activity, addressing the environmental weaknesses of these spaces that have been suffering the pressure of the capital to which it is manifested through the sale of the landscape. This work is developed through a bibliographic review and with the use of data from Bahia SEI and IBGE for the production of maps in the ArcGIS software, in addition to the use of satellite image from Google Earth Pro for the production of maps that are essential for the diagnosis.

Keywords: Tourism. Urbanization. Touristic planning. Gentrification.

INTRODUÇÃO

Historicamente as zonas litorâneas são densamente ocupadas, uma vez que se configuram como as primeiras áreas de povoamento por parte dos povos autóctones, sobretudo, dos fluxos coloniais. Entretanto, o recente processo de ocupação da península de Maraú, localizada a 251 km da cidade de Salvador, vem provocando uma série de alterações na organização socioespacial desse ambiente costeiro que são caracterizados por suas fragilidades ambientais, mitificações e gentrificações, produzido pelas grandes operadoras do turismo.

A organização territorial da área de estudo conta com uma estrutura de acesso marinho e terrestre, sendo essa última, por vezes, um pouco mais ineficiente justamente por conta da recente ocupação. Por se tratar de um ambiente costeiro, sua localização favorece vigorosamente a exploração dessa paisagem pelo capital, sendo que a prática turística é a principal atividade desempenhada. Esse cenário exerce uma forte pressão tanto no ambiente natural quanto na configuração social, evidenciando a irradiação das relações do capital para a paisagem.

Os sistemas que formam e garantem a dinâmica dos ambientes costeiros apresentam uma complexa fragilidade em função da sensibilidade desses ecossistemas. A expressiva intervenção antrópica nessas unidades é o principal fator que tem corroborado para a sucessão de impactos ambientais na área de estudo em questão. Pode-se constatar neste processo que vem se territorializando na península que uma das faces mais contraditórias deste fenômeno é a expulsão dos moradores locais por parte dos grandes agentes do

setor turístico que se apropria desses espaços fomentando, além da segregação socioespacial, a ocupação irregular de áreas de preservação permanente.

Logo, observa-se a existência de um paradoxo embutido nas relações estabelecidas entre a natureza, a sociedade e as intenções e intervenção da atividade turística, pois, sendo a principal ferramenta do capital engendrar o consumo, assegurando para isso, nesse contexto, a expansão do turismo e da paisagem como um recurso econômico a ser consumido, garantindo a efetivação dessa atividade, acaba, paralelamente, assegurando a expulsão da população local para outras áreas, fomentando a ocupação irregular de espaços protegidos legalmente, espaços estes de pouco interesse comercial, revelando as contradições entre o discurso da preservação e atividade turística (LUCHIARI, 2000).

Nessa perspectiva, aqui despendemos esforços no sentido de fazer uma caracterização dos processos de territorialização ocasionados pela intensificação da atividade turística na península de Maraú. Neste sentido, buscamos através de fontes bibliográficas de dados obtidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para discutir a influência do turismo no contexto de produção socioespacial da península de Maraú, identificar as questões inerentes ao processo de urbanização turística elencando algumas questões cruciais para o planejamento no uso e ocupação desse espaço.

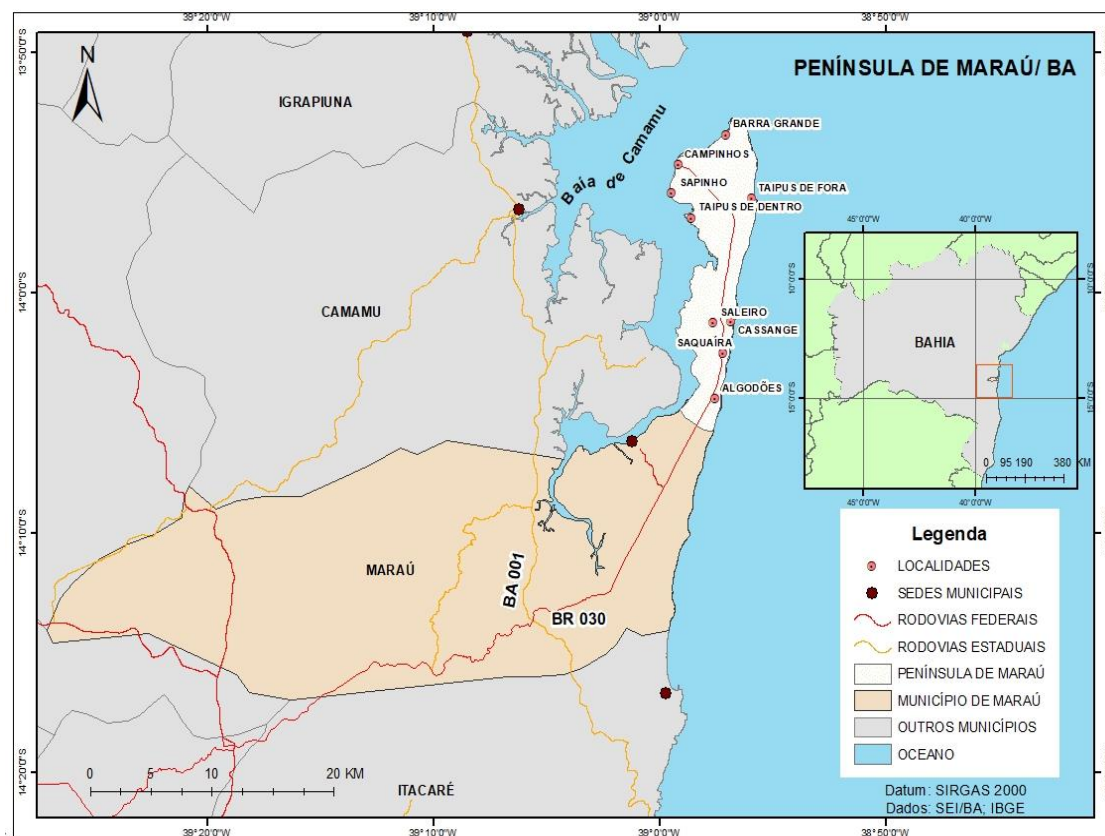
Dessa forma, para compreender e discutir a influência do turismo na área de estudo, bem como descrever seus aspectos físicos e pontuar problemas manifestos, a pesquisa bibliográfica é o método indispensável para a elaboração dessa pesquisa. Portanto, em linhas gerais, fazer apontamentos e fundir abordagens permite uma análise mais ampla sobre as influências ambientais e sociais que foram causadas pelo processo desordenado de ocupação e urbanização turística na península.

A INFLUÊNCIA DO TURISMO NO CONTEXTO SOCIOESPACIAL DA PENÍNSULA DE MARAÚ

A península de Maraú corresponde a um importante parcela territorial do município de Maraú. A região em questão concentra algumas das mais famosas praias do litoral baiano. Em função do intenso fluxo turístico, a parcela peninsular

do município ganha um dinamismo que difere bastante das outras áreas do município de Maraú, que é fortemente marcado por características de ruralidade, pois esse é constituído de um vasto território alicerçado em bases agrárias, de modo que segundo Trindade (2016) mesmo na cidade se resguardam fortes conteúdo da ruralidade. A territorialização da supracitada dinâmica na porção litorânea, se dá em função da intensificação na presença de turistas e suas atividades consequentes, tendo como repercussão espacial um acelerado processo de capitalização e apropriação da natureza majorando as relações capitalistas e de apropriação da territorialidade costeira (ARAÚJO et al, 2017).

Mapa 1: Mapa de localização da Península de Maraú/ BA



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Devido às condições de acesso rodoviário, a entrada de turistas e moradores na península de Maraú ocorre principalmente por meio de transporte náutico, como lanchas e barcos, que conectam as localidades da península e outros pontos da baía de Camamu. Essa questão relacionada ao acesso às áreas turísticas é um exemplo significativo da dualidade que se estabelece na ocupação da Península de Maraú. O turismo, liderado pelo empresariado que é

o principal beneficiário dessa mudança na dinâmica local (ARAÚJO et al., 2017), impõe uma lógica em que o acesso rodoviário não deve ser facilitado, a fim de preservar um perfil de público mais seletivo na região em questão.

Dessa maneira, a força do setor empresarial turístico se materializa também de maneira negativa em questões de infraestrutura que são cruciais para a vida dos moradores, uma vez que a resistência ao asfaltamento da rodovia BR 030 no trecho que corta a península acaba por dificultar a locomoção dos moradores e o acesso a serviços de comércio, saúde e educação. Nesse sentido, o delinear do processo se assemelha às discussões de Souza (2015) quando pontua o acionamento do discurso ecológico por alguns grupos enquanto instrumento para o processo de segregação. Infelizmente esta rodovia apresenta um péssimo estado de conservação, não possui asfaltamento e nas épocas mais chuvosas torna-se intransitável, de maneira que temos alguns apontamentos demonstrando que:

A principal forma de acesso à vila de Barra Grande ainda é por via marítima, com 70% dos entrevistados respondendo ser este o meio utilizado para chegar naquela localidade. Este representa um importante dado na medida que sinaliza para possíveis ações que contribuam para a qualidade do transporte marítimo naquele espaço. Apenas 28% utilizaram o veículo, talvez pelas condições precárias do acesso via terrestre esta opção ainda é subutilizada (BORGES, 2012, p.109).

Dentre as localidades da península de Maraú, a de maior notoriedade no cenário turístico é a antiga vila de pescadores de Barra Grande, ocorre que por força da lei municipal nº 162/2018 criou-se em Maraú o distrito de Barra Grande, com sede na localidade de mesmo nome e que tem origens enquanto um território pesqueiro. Essa decisão de elevação da vila a distrito pelo poder público municipal se deu, sobretudo, em função das profundas transformações oriundas da territorialização da atividade turística na localidade de maneira que segundo dados Borges (2012), detectou em sua pesquisa em 2012, que Barra Grande já era detentora de uma notável infraestrutura turística contabilizando diversos meios de hospedagem, bares e restaurantes.

A concentração desses equipamentos, que por sua vez geram fluxos e constituem fixos turísticos no espaço em questão, colocam a península em posição de destaque no cenário nacional e, conseqüentemente, ocasiona uma

dinâmica de espraiamento da mancha de urbana do distrito e intensificação da ocupação humana em outros locais da península.

Apesar da intensificação da atividade turística local ser bastante defendida e estimulada pelo poder público, a forma como está vem se territorializando localmente, acompanhado de uma dinâmica de caráter socioespacial de tendências gentrificantes com constante assédio dos empreendedores do ramo do comércio, pousadas e hotéis aos moradores que tradicionalmente ocupam a península (ARAÚJO et al, 2017). Sobre a temática da gentrificação, cabe salientar as seguintes questões:

Tem se verificado mais recentemente uma forte defesa da ampliação do conceito de gentrificação para que possa englobar processos que, embora não correspondentes com exatidão ao conceito clássico, tenham relação com o contexto e as consequências conhecidas da gentrificação nas cidades. A defesa desta necessidade se justifica pela globalização do fenômeno e pelas particularidades assumidas pelo processo em cidades com contextos sociais e econômicos diferenciados (RIBEIRO, 2018, p.1343).

Ao nos atermos a dinâmica da Península de Maraú, em que podemos observar tendências desse processo em decorrência da popularização das localidades enquanto destino turístico, verificamos a materialização de um processo que tem como resultado a expulsão dos moradores tradicionais por conteúdos capitalizados atrelados ao consumo da paisagem enquanto mercadoria, cujo qual apenas os frequentadores de certo poder aquisitivo podem consumir (RIBEIRO, 2018). Já existem estudos que detectam exemplos da mecânica desse processo socioespacial na península, com enfoque em Barra Grande, onde verifica-se a seguinte dinâmica:

[...] a primeira gentrificação ocorreu devido à supervalorização imobiliária, em que os moradores de Barra Grande venderam os imóveis para dar lugar ao comércio, pousadas e hotéis. [...] o segundo momento da gentrificação começou em Mangue Verde devido à valorização imobiliária e proximidade de Barra Grande. Segundo o Secretário de Infraestrutura, terrenos e casas pequenas são vendidos (FERREIRA; MARTINS; ARAÚJO, 2021, p.146).

Nesse sentido, vale ressaltar as importantes contribuições teóricas de Luchiarri (2000) no que diz respeito à compreensão dos processos socioespaciais associados à exploração do turismo. Um aspecto relevante a ser considerado é a mitificação presente nesse contexto, tendo em vista que:

A mitificação dos lugares para a implantação de enclaves turísticos de apelo internacional, em regiões que ainda possuem ecossistemas naturais preservados e populações naturais vivendo no limite da subsistência, “rouba” destas o seu último recurso (LUCHIARI, 2000. p.38).

Desta maneira, a mitificação das belezas naturais da península de Marau por parte dos agentes no setor do turismo contribui amplamente para a popularização deste destino no cenário nacional e internacional e conseqüentemente há atração de fluxos populacionais e avanço da expansão urbana, a urbanização turística é uma das mais contraditórias características desse processo, tendo em vista que as transformações interagem direta e negativamente com aquilo que é o alvo de atração ao local, dessa maneira a urbanização turística do espaço mitificado não somente se contradiz, como promove injustiça e segregação socioespacial (LUCHIARI, 2000).

URBANIZAÇÃO TURÍSTICA: CONSIDERAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO NA PENÍNSULA DE MARAU

O espaço urbano reúne um conjunto formado por uma diversidade de agentes que atuam na produção e reprodução das espacialidades. No bojo dessa dinâmica estão uma multiplicidade de agentes constituído pelos grupos sociais excluídos e agentes hegemônicos que controlam, dinamizam e produzem o espaço em consonância com seus interesses capitalistas (CORRÊA, 1995). São por esses e outros meios que o espaço urbano tende a se configurar de forma desigual, de maneira a reproduzir as cruéis características do modo capitalista de produção, reservando às mais pobres moradias sem as condições mínimas de infraestrutura e serviços urbanos.

Por outro lado, esse sistema propicia aos detentores do capital poderes hegemônicos na produção do espaço urbano, garantindo inclusive condições para que estes inviabilizam a permanência de quem tradicionalmente ocupa os espaços sobre os quais o capital lança suas intencionalidades por meio de seus sistemas de objetos e ações característicos da urbanização nos moldes do sistema capitalista (SANTOS, 1992).

Nesse contexto, analisar socioespacialmente o processo que vem convergindo para o surgimento de uma paisagem urbana na Península de Marau é um processo que sobretudo, deve se atentar as diferentes nuances, onde nas

áreas mais próximas à praia estão as pousadas, hotéis e outros diversos empreendimentos turísticos, enquanto nas áreas mais internas da península estão as ocupadas pelos trabalhadores, de maior densidade e próximas ao manguezal. É ainda importante observar que dentro do processo de urbanização, pensando na perspectiva do uso e ocupação do solo, as manchas urbanas estão principalmente situadas em áreas bastantes sensíveis, seja pelo fato da presença de unidades de conservação ou pela localização em áreas dominiais de marinha.

Os atributos naturais que são valorizados pela beleza cênica destas áreas são primordiais para atrair investimentos e ocupações imobiliárias, intensificando a atividade turística. As praias, por exemplo, que naturalmente conotam usos de recreação e lazer, constituem um dos locais mais procurados para a prática da atividade turística. Importante destacar que, a partir da apropriação e valorização destas pelo capital turístico, a atividade configura-se em mercadoria, apresenta caminhos contraditórios. As forças hegemônicas criam um discurso de proteção ao ambiente ao mesmo tempo que degradam em função das ocupações imobiliárias e pelo intenso fluxo turístico que impactam negativamente o ambiente (CRUZ, 2003).

Nesse caso, destaca-se a forte aptidão turística do município de Maraú que se apresenta como uma importante atividade para o setor econômico local. As praias da península se destacam pela multiplicidade de atrativos como lagoas, recifes de corais e piscinas naturais que fomentam e contribuem para valorizar o turismo na região (SILVA; SILVA, 2007). As principais atividades desempenhadas na Península são de alojamento, tais como *resorts*, hotéis, pousadas, dentre outras diversas atreladas ao turismo (ARAÚJO et al, 2017).

Como mencionado anteriormente, embora o turismo se sustente principalmente das belezas naturais da região (o que deveria significar a conservação dessas para a efetividade dessa prática), é inevitável que a prática dessa atividade, para o desenvolvimento desses empreendimentos, gere impactos ambientais nessas áreas, causando modificações e desequilíbrios no ambiente.

Alguns estudos mais antigos na busca de traçar um diagnóstico sobre o cenário da Península de Maraú, como os de Silva e Silva (2007) e Silva e Silva e Souza Filho (2011), apontavam que o nível de urbanização era considerado baixo de modo geral, prevalecendo as condições do meio natural. Desse modo, a ocupação urbana se encontrava principalmente em praias próximas a vilas e povoados, como Taipus de Fora, Barra Grande, Saquáira, Algodões e algumas outras localidades. No entanto, estudos mais atuais, como o de Araújo et al (2017), apontam que a península tem caminhado para um processo de generalização do urbano, sobretudo na vila de Barra Grande, onde a urbanização se apresenta acompanhada de uma série de problemáticas socioespaciais decorrente desse processo de urbanização turística.

Outro problema associado pela ocupação e pela intensificação da atividade turística está relacionado à contaminação hídrica, a contaminação das praias está associada ao esgoto doméstico. Os efluentes são despejados de forma inadequada nos corpos hídricos. Isso devido a inexistência de um sistema sanitário adequado, forçando a construção de fossas, que embora resolva os problemas superficiais, é uma ameaça para a contaminação do lençol freático (SILVA; SILVA, 2007). Fato que parece não se restringir a península, mas é uma realidade comum a todo município, tendo em vista a seguinte constatação pode ser constatado nas seguintes dimensões:

Apenas 7,15% dos domicílios são atendidos pela rede geral de esgotamento sanitário, por conta disso 41,13% das residências utilizam fossas rudimentares [...]. De acordo o líder comunitário, o escoamento do esgoto é um grande problema, pois “a fossa fica próxima do poço, então a contaminação da água é comum e causa problemas de saúde, infecção intestinal (ARAÚJO et al, 2017, P.14).

Por se tratar de um ambiente costeiro, o manguezal se faz presente representando uma área de transição fluviomarinho, também conhecido como ambiente de transição entre os biomas terrestres e aquáticos, denominado como berço da biodiversidade. Sendo um ambiente de grande importância e riqueza natural, o mangue constitui uma área de preservação permanente, sendo assim, é assegurada pela Lei nº 12.651/2012 que estabelece, dentre outras coisas que:

II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a

biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (BRASIL, 2012).

A Península de Marauá está inserida na APA Baía de Camamu, com uma área de manguezal de 37,6 km². Os impactos se resumem basicamente à presença de áreas de aterro, desmatamento e despejo de resíduos (BORGES, 2012; ARAÚJO et al, 2017). O despejo direto do efluente no manguezal, bem como o descarte do lixo queimado e aterramento de manguezal são práticas antrópicas de perturbação sobre esse sistema. Acrescido a isso, o desmatamento é bastante recorrente. Observa-se também uma preocupação pela captura predatória de diferentes espécies de peixes, crustáceos e outros recursos pesqueiros e oriundos de mariscagem comumente presente nas atividades que tradicionalmente compõem as atividades econômicas dos que tradicionalmente ocupam a área (VASQUES et al, 2011).

Uma outra prática preocupante está associada à pesca com utilização de explosivos. Vasques et al (2011, p. 158) enfatiza que “a pesca com explosivos, mesmo sendo considerada uma prática ilícita (Lei nº 9.605, de 1998), é bastante difundida nas comunidades pesqueiras do Nordeste”. As principais consequências estão ligadas, inicialmente, aos produtos químicos usados nessa confecção, e posteriormente relacionado ao efeito explosivo que gera uma energia que é transferida para os corpos dos animais marinhos de maneira letal (Vasques et al, 2011).

A exploração dos recursos existentes no manguezal é regida pelas necessidades assumidas pela comunidade. Recursos vegetais são extraídos, mesmo havendo o conhecimento de sua ilegalidade, para atender as demandas de construção e reforma das casas. A exploração dos recursos faunísticos é, possivelmente, regida pelo seu valor de mercado, sendo deste modo, os produtos mais valorizados os mais procurados pela comunidade (VASQUES et al., 2011, p. 159).

Desta forma, constata-se que a generalização da presença humana na península que tem como vetor a massificação da atividade turística de maneira desordenada e à revelia da legislação ambiental vigente corroboram para a ampliação dos impactos ambientais. E por esse motivo se apresenta a necessidade de ordenar e planejar a expansão dos empreendimentos imobiliários e da intensa prática da atividade turística na região.

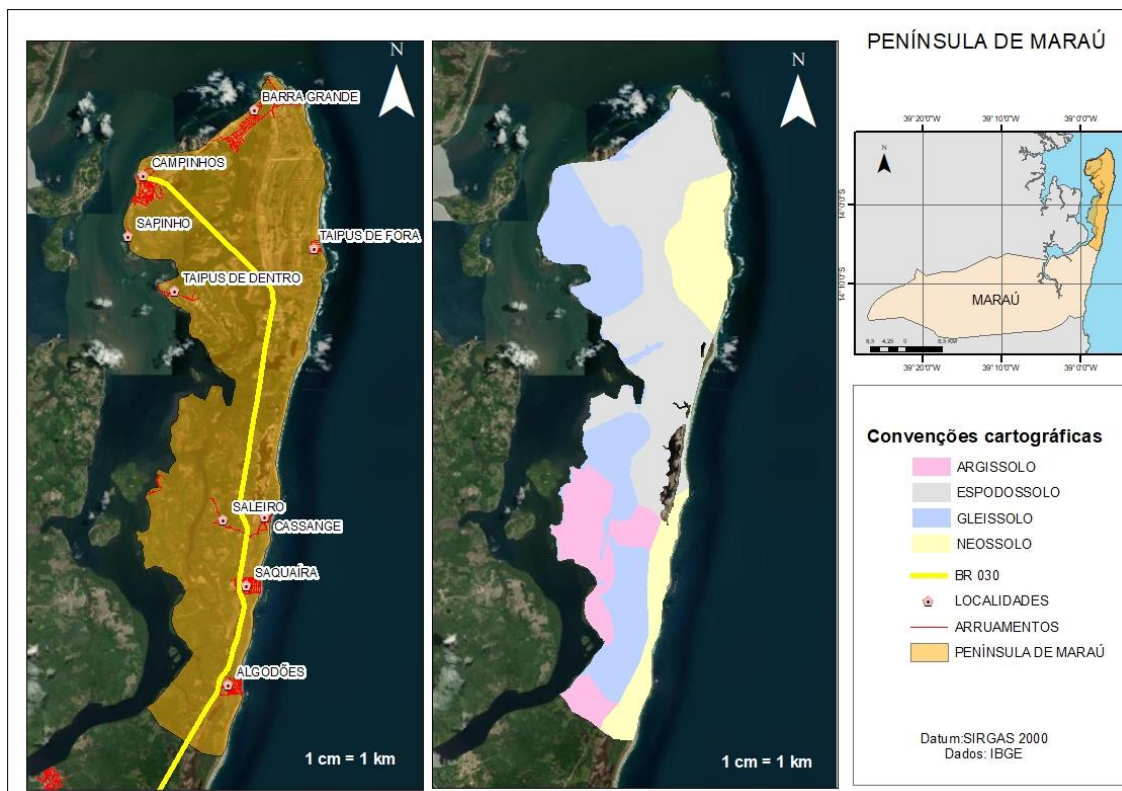
Considerando o atual cenário de avanço da urbanização turística e as fragilidades intrínsecas ao ambiente costeiro constatados na Península de Maraú, se faz necessário o diagnóstico das condições ambientais sobre as quais estão assentadas as estruturas e equipamentos urbanos quem vem sendo mais constantemente implantados na península e considerando a seguinte sistemática de ocupação dos ambientes costeiros:

A distribuição das aglomerações humanas, ao longo das áreas costeiras torna a presença e a intervenção desses agentes antrópicos cada vez mais efetiva na organização desses ambientes, a ponto de não se encontrarem mais áreas livres de vestígios de sua conduta irracional para com o equilíbrio e a qualidade do ambiente terrestre. [...] Sendo assim, a constante pressão exercida pela intensa ocupação humana favorece o desencadeamento de situações conflitantes que se revelam em quadros catastróficos, tendo o homem como principal agente deflagrador e vítima dos fenômenos sejam esses vinculados, por exemplo, a deslizamentos, inundações, erosões e processos correlatos (OLIVEIRA, 2009, n.p.)

Nesse sentido, dentre os diversos atributos físicos importantes a serem levados em conta no processo de uso e ocupação do terreno, cabe resgatar o entendimento de que as propriedades pedológicas são importantes atributos no planejamento do uso e ocupação. Sendo assim, devem ser consideradas no processo de construção civil. No entanto, as fragilidades muitas vezes não são levadas em consideração no planejamento urbano, que podem vir a acarretar danos futuros ao meio ambiente, integridade humana e as próprias estruturas construídas (PEDRON et al, 2007).

Dessa maneira, considerando os dados obtidos do Banco de Dados de Informações Ambientais (BDiA) e da base faces de logradouros do IBGE, no intuito traçar alguns diagnósticos prévio, verificamos na península de Maraú as classes pedológicas e arruamentos dos principais aglomerados constantes no mapa 2.

Mapa 2: Tipos pedológicos e arruamentos na península de Maraú



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Um dos principais solos mapeados na península de Maraú foi o Gleissolo, que segundo o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (EMBRAPA, 2006), está associado a áreas de baixada sob influência de ação de maré. Em função de suas características morfológicas, este solo apresenta uma série de complicações para o uso urbano, no entanto, as áreas da península que estão associadas a este tipo pedológico vem servindo como subterfúgio aos agentes afetados pelo perfil de urbanização gentrificante, que vem expulsando os moradores tradicionais em direção ao manguezal para dar lugar aos empreendimentos como *resorts*, hotéis, pousadas, restaurantes e a própria especulação imobiliária em que, não somente inviabilizando a permanência das comunidades, como também nidifica o acirrado processo de capitalização do espaço que passa a ter um perfil segregador, como bem fundamentado na seguinte argumentação:

Não é justo, nem ético, que as nossas populações locais sejam varridas de suas territorialidades para dar lugar a formas-conteúdo exógenas, que vão tomando de assalto extensas áreas, transformando a natureza em um bem de acesso seletivo, e excluindo as populações autóctones da nova organização socioespacial (LUCHIARI, 2000, p. 38)

De tal maneira que podemos concluir que dentre as classes de solo existentes na península este é o que menos desperta interesse no que se refere ao uso e ocupação pelos empresários do setor turístico, sendo essa a única opção deixada a população de baixa renda, que recorrem a essas localidades para estabelecer suas moradias.

Na localidade de Taipús de Fora, uma das mais importantes vilas turísticas da península, também está sobre forte pressão da expansão imobiliária promovida pelo turismo, coincidindo com a mancha mapeada de Neossolo, um solo caracterizado pela textura arenosa, pouco desenvolvimento pedogenético e, portanto, resistente ao intemperismo, que apresenta fortes restrições em função de sua friabilidade, como pode ser verificado na seguinte colocação:

a origem dos processos erosivos nesses locais ao fato de a urbanização ter desconsiderado a natureza arenosa dos materiais e à concentração de drenagem em superfície, decorrente, inúmeras vezes, de arruamentos inacabados e concordantes com a declividade, de falta de disciplinamento das águas pluviais e do lençol freático pouco profundo, de terraplenagens para loteamentos, da exposição e abandono de áreas de empréstimo de materiais e de grandes construções (CUNHA; CASTRO; SALOMÃO, 1999, p. 944).

Dentre as classes de solo identificadas na área mapeada, constatou-se também a presença do Espodossolo, caracterizado por uma predominância arenosa no horizonte superficial, que confere ao ambiente uma relativa sensibilidade ao meio. As características de permeabilidade dos Espodossolos podem significar um fator de risco a população tendo ainda em vista os seguintes apontamentos sobre a infraestrutura da península:

a maioria da população do povoado (84%) utiliza fossas rudimentares o que coloca em risco a salubridade local haja vista que o abastecimento de água acontece por meio de poços artesianos individuais [...] com prováveis riscos de contaminação. (BORGES, 2012, p. 88)

Tendo em vista que esta classe de solo é a mais expressiva, ocupando uma grande parcela do território da península, perfaz a porção central até o ponto mais extremo e inclusive do distrito de Barra Grande que é a maior mancha urbana da área em questão. Sendo assim, o uso e ocupação desta área que vem ocorrendo de maneira desordenada, resulta na generalização do urbano e precarização das condições de vida e infraestrutura urbana.

A qualidade de vida é um dos principais fatores que impulsionam a ocupação de áreas naturais preservadas, pois são vistas como refúgio da vida urbana tradicional, o que reflete um processo de urbanização paradoxal entre o desenvolvimento turístico, a preservação ambiental e a paridade social (LUCHIARI, 2000).

Os Argissolos foram a classe de menor distribuição na área de estudo, com a mancha concentrada mais ao sul da península. Dentre as manchas de solos mapeados, esta é a que apresenta menor interferência antrópica e baixo nível de ocupação se comparado às demais. Dentre outras coisas, isso pode ser associado ao fato de que esta área não possui acesso oceânico pelo fato de estar na porção interior da península com sua área litorânea voltada para os estuários da Baía de Camamu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da leitura dos vários fatores antrópicos e naturais na área de estudo pode-se constatar que nos últimos anos a atividade turística tem se constituído em um forte vetor de transformações das paisagens naturais e realidade socioeconômica das comunidades locais da Península de Maraú. No entanto, pode-se também verificar que o modelo no qual a atividade turística vem se desenvolvendo nas localidades reflete negativamente nas organizações socioespaciais das comunidades anteriormente territorializadas, conferindo a este processo um perfil de ocupação extremamente gentrificantes, tendo em vista que até poucas décadas essas áreas eram basicamente ocupadas por pescadores e outros atores sociais ligados à exploração de recursos marinhos e estuarinos típicos da Baía de Camamu.

Cabe ao poder público considerar o desenvolvimento dinâmico, sobretudo de intensificação da urbanização de maneira bastante intensa. O desenvolvimento da atividade turística possui diversas possibilidades de melhor integração com a sociedade local e sustentabilidade, para tanto, é fundamental que haja uma ampla revisão das diretrizes dessa atividade. Considerando principalmente os limites e fragilidades da área em questão, bem como integração com a sociedade e dinâmica local.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, K. F. et al. Território, turismo e impactos no desenvolvimento local em Maraú - Ba, Brasil. In: **Anais**. XXXI Congreso de la asociación latinoamericana de sociología, Montevideo, 2017.

BORGES, C. H. L. **Turismo e Desenvolvimento Local em Barra Grande, Maraú-Ba**: uma avaliação das condições locais a partir da percepção dos residentes, visitantes e setor hoteleiro. 2012. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus-BA, 2012.

BRASIL. **Lei n. 12.651**, de 25 de maio de 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em 21 de nov. de 2022.

CORRÊA, R. L. **Espaço Urbano**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

CRUZ, R.C.A. **Introdução à geografia do turismo**. 2 ed. São Paulo: Roca, 2003.

CUNHA, J. E.; CASTRO, S. S.; SALOMÃO, F. X. T. Comportamento erosivo de um sistema pedológico de Umuarama, noroeste do estado do Paraná. **Revista Brasileira de Ciência de Solo**, Viçosa, v. 23, p. 943-951, 1999.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/ Centro Nacional e Pesquisa em Solos. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Embrapa Solos, 2006.

FERREIRA, A. S. S.; MARTINS, H. M. O.; ARAÚJO, K. F. Turismo e impactos ambientais no desenvolvimento local em Maraú-BA. In: PURIFICAÇÃO, Marcelo Máximo; TEIXEIRA, Maria Filomena Rodrigues; ROSA, Silvânia Maria (Orgs) **Sociologie: ordem e políticas sociais na atualidade**. Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

LUCHIARI, M. T. D.P. Turismo e meio ambiente na mitificação dos lugares. **Revista Turismo em Análise**, v. 11, n. 1, p. 35-43, 2000.

OLIVEIRA, R. C. de. Ambiente costeiro fragilidades e impactos relacionados a ação antrópica: o cenário da baixada santista no estado de São Paulo/Brasil. In: **Anais**. XII encuentro de geógrafos de América Latina, Montevideo, 2009.

PEDRON, F. A. et al. Levantamento e classificação de solos em áreas urbanas: importância, limitações e aplicações. **Revista Brasileira de Agrociência (UFPEL)**, Pelotas, v. 13, p. 147-151, 2007.

RIBEIRO, T. F. Gentrificação: aspectos conceituais e práticos de sua verificação no Brasil. **Revista de Direito da Cidade**, vol. 10, nº 3. ISSN 2317-7721 pp. 1334-1356. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/31328>>. Acesso em: 16 de nov. de 2022.

SANTOS, M. Objetos e ações: dinâmica espacial e dinâmica social. **Geosul**, v. 7, n. 14, p. 49-59, 1992.

SILVA, I. R.; SILVA, S. B. de M. Caracterização geo-ambiental e de ocupação das praias da costa do dendê, litoral sul do estado da Bahia. **Geosul** , v. 22, p. 27-46, 2007.

SILVA, I. R.; SOUZA FILHO, J. R. Sensibilidade ambiental de praias: um exemplo de análise para a península de Maraú, sul do estado da Bahia, Brasil. **Pesquisas em Geociências**, v. 38, n. 2, p. 147-157, 2011.

SOUZA, M. L. Proteção ambiental para quem? A instrumentalização da ecologia contra o direito à moradia. **Mercator (Fortaleza)** [online], v. 14, p. 25-44, 2015.

VASQUES, R. O. et al. Utilização das áreas de manguezais em Taipús de Dentro (Maraú, Sul da Bahia). **Revista de Gestão Costeira Integrada**, v. 11, n. 2, p. 155-161, 2011.

TRINDADE, G. A. Entre o urbano e o rural :Dilemas atuais envolvendo as relações socioespaciais e os conceitos que as representam. In: **Anais**. XVIII Encontro Nacional de Geógrafos, São Luís -MA, 2016.